RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: IMPACTOS DA PARCERIA EXÉRCITO BRASILEIRO E UNISULVIRTUAL EM AÇÕES DE ENSINO, INCLUSÃO SOCIAL E AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA

> Denia Falcão Bittencourt 1 Carmen Maria Cipriani Pandini 2 Adenir Siqueira Viana 3

Resumo: Este texto parte de pressupostos legais e referenciais de gestão da qualidade na educação superior a distância, com aportes teóricos e metodológicos viabilizados no estabelecimento de parceria entre Exército Brasileiro e UnisulVirtual para cumprimento de metas de ampliação de acesso e promoção de inclusão social no território brasileiro. Tomando como base a responsabilidade social universitária e institucional, pretende ser um texto objetivo de relato de experiências de sucesso que evidenciam os impactos de compromissos viabilizados com o uso de tecnologias à disposição de estruturadas organizadas e credenciadas para a oferta de produtos educacionais, no âmbito do ensino superior a distância.

Palavras chave: Ensino Superior a Distância; Gestão participativa; Avaliação da EAD; Responsabilidade e Inclusão Social.

#### POTENCIALIDADES DA EAD E POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O início do século XXI assiste ao surgimento exponencial de descobertas científicas e tecnológicas, com mudanças significativas no âmbito da economia, cultura, política e educação. A aprendizagem vem combinada às estratégias aplicadas aos cenários virtuais para o enfrentamento dos desafios da sociedade da informação e do conhecimento. (CASTELLS, 2003; HERRINGTON, REEVES & OLIVER, 2010; ROSENBERG, 2001).

A democratização, globalização, regionalização, polarização e as prioridades do lifelong learning (Relatório da Comissão Europeia: UNESCO, 2009) estão associadas à explosão das dinâmicas do mundo contemporâneo em todos os âmbitos. Estas transformações mundiais que também atingem o comportamento econômico e científico são conceituadas por Castells (2003) como a revolução da tecnologia da informação. As mudanças no mercado de trabalho orientam outras transformações e atingem também a educação formal, fato este que se materializa no número de alunos que ingressam em cursos superiores, com tendência nomeadamente profissionalizante. Diante disto, as IES buscam suprir as demandas e, ao fazê-lo, sentem a necessidade de realizar planejamentos estratégicos, contratar profissionais competentes para lidar com as informações, manter pessoas criativas em seus quadros, bem como adequar novos programas e currículos,

Formada em Psicologia e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo - USP

Formada em Pedagogia pela FURB (Universidade Regional de Blumenau) e Mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

operacionalizada por instrumentais tecnológicos para dar sentido à sua missão, que é legitimada na esfera oficial – com discursos e práticas, atendendo a uma dimensão social holística e integradora.

Para dar conta da demanda político-pedagógica, é preciso integrar, na polifonia dos discursos e aportes teóricos, os objetivos práticos da IES, promovendo as inovações necessárias, respeitando não somente os marcos legais e referenciais de qualidade da educação, como também os desafios da função do ensino superior a distancia, que são atinentes às prerrogativas de educação como projeto de desenvolvimento e inclusão social. Estas IES devem buscar na educação como ato político, (FREIRE, 1979), os modos de satisfação para atingir o núcleo daquilo, que na prática, está em relação direta com o exercício e ampliação da cidadania; princípios de inclusão, acessibilidade e responsabilidade social.

Para a UNESCO, a educação em nível superior representa um desafio mundial e possui inter-relações com "o desenvolvimento sustentável, com a educação para todos e a erradicação da pobreza" (Conferência Mundial promovida em Paris pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, 2009), Este pressuposto possui na educação a distância a oportunidade para ampliar o acesso a uma educação de qualidade. Sem sombra de dúvida, as Tecnologias da Informação e da Comunicação abriram novas possibilidades de compreensão do mundo, bem como transformaram as formas de se construir o conhecimento, de ensinar e de aprender.

A EAD é uma alternativa tecnológica que se apresenta em nível mundial e, especificamente, na sociedade brasileira, como um caminho privilegiado de democratização da educação e que muito pode colaborar para a humanização do indivíduo, para a formação do cidadão e para a constituição de uma sociedade mais igualitária e justa. No contexto da sociedade tecnológica é, sem dúvida, uma alternativa de grandes potencialidades, no sentido de facilitar o acesso a uma melhor qualidade, ultrapassando as barreiras de tempo e de espaço. (MATA, 1995, p. 10-11).

Entretanto, a incorporação de tecnologias de alta interatividade e acessibilidade na implantação e implementação de modelos pedagógicos e gerenciais bem como a sustentabilidade da educação superior a distancia dependem de sistemas e políticas internas e externas integradas que favoreçam a expansão e a qualidade da oferta. Isso se dá assim porque é evidente que "sem o suporte político e estratégico consistente, não há





modelo, parcerias e tecnologias capazes de propiciar a evolução do processo de ensino e da aprendizagem virtual em qualquer lugar do mundo", afirma Michael Moore, em 2010, em um congresso internacional no Brasil, na cidade de Florianópolis.

De fato, as instituições de ensino, sobretudo as de nível superior, necessitam refletir analiticamente sobre sua participação neste novo cenário e investir não só na infraestrutura mas em ações que atendam às necessidades sociais e aos déficits em educação que ainda afetam muitos países na América Latina e Caribe<sup>3</sup>. Nesse cenário, o papel social das IES passa a ser fundamental como mecanismo de diminuir ou atenuar as desigualdades sociais geradas pelo próprio incremento do capitalismo. Como o Estado já não é capaz de responder às demandas crescentes da sociedade, especificamente aquelas provocadas pelo *gap* que se dá entre os grupos sociais, tanto no que se refere ao acesso aos bens de consumo, e, sobretudo às condições básicas de sobrevivência, é preciso pensar em parcerias e políticas de investimento sustentáveis e que atinjam o maior número de pessoas em condições de exclusão ou marginalização e que se localizam em polos mais remotos do território geopolítico.

Esta preocupação já é verificada no crescente fenômeno das práticas de responsabilidade social no mundo e, especialmente, nos países em desenvolvimento que se caracterizam por um grande abismo de desigualdade social, como é o caso do Brasil; adentram neste espectro de esforços também as Instituições que prestam serviços educativos (IES). Geralmente em processos de parcerias buscam superar metas para a minimização da pobreza e aumento do índice de acesso à educação, instalando práticas de responsabilidade social permanentes, com estratégicas focadas em projetos institucionais colaborativos.





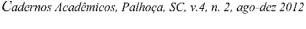
<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Necessidades expressas em vários eventos mundiais e documentos coletivos. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos foi uma delas. Convocada pelo Banco Mundial, UNESCO e UNICEF, a Conferência de Jomtien tomou como referência o documento elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina, *Transformación productiva com eqüidad* - 1990, que apresentava a educação como elemento central para o desenvolvimento dos países e para a sua inserção no mundo globalizado. A partir da década de 1990, após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, o Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação redefine seus objetivos à Declaração Mundial sobre Educação para Todos, caracterizando-a um Marco de Ação (2000) para satisfação das necessidades básicas de aprendizagens na América Latina. Em 1993, a UNESCO convoca para uma reunião em Santiago do Chile, os Ministros de Educação e chefes de delegação da América Latina e Caribe, quando é elaborada a Declaração de Santiago (UNESCO, 2001). Nessa Declaração, fica patente que os Ministros da região reconhecem os esforços e êxitos alcançados, mas fica claro que há a necessidade de iniciar uma nova etapa de desenvolvimento educativo. Neste contexto, reitera-se que a educação é responsabilidades pela educação entre Estado e sociedade civil; e a necessidade de modernizar a gestão. (in: Araújo e Castro, 2011).

A Responsabilidade Social Universitária da Unisul constitui-se prática de um sistema de gestão baseada em um relacionamento comprometido com ética e transparência para poder contribuir com o desenvolvimento sustentável e atua no fortalecimento da identidade da Instituição através do ensino, pesquisa e extensão, gerando uma democracia participativa e de capital humano, intelectual e tecnológico qualificado para o País. São princípios da responsabilidade Social Universitária na Unisul:

- Ética: em que o trabalho na Universidade incentiva e dá condições à reflexão de seus valores e princípios de conduta, respeitando a diversidade na formação de pessoas, tornado-a capazes de aprender e de se aperfeiçoar;
- Transparência: em que a capacidade de estruturar as ações na Universidade com abertura sobre as decisões e as atividades que afetam a comunidade universitária, a sociedade e o ambiente;
- Honestidade: que prescinde na declaração dos seus limites alcançados e prudência acentuando os princípios da dignidade humana e possui no compromisso o engajamento dos que integram o ambiente universitário;
- Sustentabilidade socioambiental e econômica: que buscam zelar pelo desenvolvimento permanente de seu capital humano e das relações internas entre suas distintas unidades, em que a intervenção consciente e deliberada procura dar soluções aos impactos ambientais, promovendo iniciativas de proteção dos sistemas naturais.

Neste sentido, os processos de gestão da educação tornam-se uma exigência da sociedade do terceiro milênio não só para o controle da qualidade mas também por ser um lugar privilegiado de disseminação de conceitos, valores e práticas de responsabilidade social e cidadania no âmbito da oferta dos serviços educativos. Este artigo, portanto, possui como *lócus* de discussão os espaços formais de educação superior, com seus respectivos processos de inclusão, qualificação e acreditação, gerados na parceria com instituições de alta credibilidade, que com suas ações e marcas, são depositárias de grandes valores éticos, como é o caso das Forças Armadas (entre elas destaca-se o Exército Brasileiro) e que percebem no processo educacional o caminho para alcançar um sistema social mais igualitário e justo.

O Exército, ao longo de mais de 350 anos, foi muito além de ser um braço armado da sociedade. Hayes (1991) afirma que o exército foi uma força de coesão nacional, que unificou a sociedade brasileira, evitando que grupos raciais, regionais e culturais,





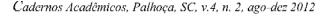


promovessem a fragmentação do território brasileiro. Conforme Tavares (1985), o grande marco que define o nascimento do Exército Brasileiro ocorreu em 1648, na Primeira Batalha dos Guararapes, na guerra contra os holandeses. Em verdadeira associação da organização tática portuguesa com inúmeras operações, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Surgiam ali as bases de um Exército Nacional. Pela primeira vez, falava-se em Pátria. No Exército, a construção da imagem está intimamente relacionada a sua trajetória. Pesquisas de opinião recentes - aplicadas em fevereiro de 2004 pelo Instituto IBOPE Opinião, em abril de 2007 pelo Instituto DataSenado, em agosto de 2007 pela AMB/Opinião Consultoria e em outubro de 2007 pelo Instituto CNT/SENSUS - mostram elevados índices de credibilidade e confiança da população em relação as Forças Armadas. Esta aceitação positiva resulta de um somatório de todas as percepções de um patrimônio acumulado, no qual se incluem a missão, a história, os atributos, os valores e as ações.

# 2. GESTÃO DA EAD: PARÂMETROS DE QUALIDADE, PROCESSOS DE ACREDITAÇÃO NO BRASIL E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Declaração Final da Conferência Mundial de Educação Superior (Paris, 2009) reconheceu que o ensino aberto e a distância, com base nas tecnologias da informação e comunicação apresentam oportunidades para ampliar o acesso e a qualidade da educação. A expansão desse acesso<sup>4</sup> estabelece desafios à qualidade da Educação Superior e a necessidade de um controle e avaliação normatizados para a garantia da qualidade e acreditação dos cursos e programas. A segurança da qualidade é atualmente uma função essencial à Educação Superior e deve ser levada em conta pelas IES. Independentemente do modelo, o sistema requer tanto o estabelecimento de normas para garantir a qualidade como procedimentos de avaliação sistemática interna e externa para promover a cultura da avaliação no interior das instituições de modo a garantir um nível mínimo de exigência de qualidade dos produtos de ensino ofertados.

<sup>4</sup> O Ensino Superior apresentou especialmente no início do século XXI, uma ampliação considerável na oferta de vagas, com o incremento do número de alunos matriculados aumentando em média geométrica. Segundo dados da UNESCO, o número de matrículas, no mundo, aumentou mais de 1.000% entre 1960 e 2004, passando de 13 milhões para 133 milhões. Atualmente a Educação a distância.







O Brasil, entre 2008 e 2009, registrou a marca de 5,9 milhões de universitários frequentando 2.314 instituições de educação superior - 245 públicas e 2.069 particulares. O total de estabelecimentos de ensino é 2% maior que o verificado em 2008 e o crescimento mais expressivo se deu no setor público (3,8%, contra 2,6% do privado). Na educação a distância, entre 2008-2009, registra-se um considerável aumento de matrículas e se levarmos em consideração a década, a expansão superou as expectativas, saltando de 1.682 para 838.125 matrículas, conforme se pode verificar, a seguir, na tabela 1.

Tabela 1 - Total de matrículas EAD na Graduação no Brasil

| Ano  | Matrículas EAD na |
|------|-------------------|
|      | Graduação no      |
|      | Brasil            |
| 2000 | 1.682             |
| 2001 | 5.359             |
| 2002 | 40.714            |
| 2003 | 49.911            |
| 2004 | 59.611            |
| 2005 | 114.642           |
| 2006 | 207.206           |
| 2007 | 369.766           |
| 2008 | 727.961           |
| 2009 | 838.125           |

Fonte: MEC/INEP, 2009.

O setor público absorveu 79,3% das matrículas no ensino superior e essa demanda se deve, especialmente, ao Programa Universidade Aberta do Brasil que foi instituído em 2006 pelo decreto 5.800 de 8 de junho, com prioridade para a formação de professores. Assim, a matrícula na EAD em relação ao total de matrículas da graduação também cresceu significativamente nos últimos 10 anos, conforme se pode verificar a seguir, na tabela 2.

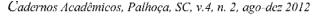






Tabela 2 - Percentual de Matrículas EAD na Graduação no Brasil

| Ano  | % EAD do Total<br>de Matrículas na<br>Graduação |  |  |
|------|---|--|--|
| 2003 | 1,3   |  |  |
| 2004 | 1,4   |  |  |
| 2005 | 2,6   |  |  |
| 2006 | 4,4   |  |  |
| 2007 | 7,0   |  |  |
| 2008 | 12,5  |  |  |
| 2009 | 15,1  |  |  |

Fonte: Ristoff, D.; Vianney, J., 2011.

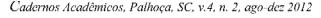
A última década foi marcada pela popularização de recursos tecnológicos no Brasil e as tecnologias digitais, além de gerar ampliação no acesso à educação, também promovem formas de controle para procedimentos de avaliação e autoavaliação. Atualmente, a maioria das IES brasileiras já armazena e atualiza as informações sobre sua estrutura, seus cursos, alunos e docentes por meio de sistemas eletrônicos e os utiliza para aprimorar seus processos internos, aspectos metodológicos e pedagógicos, além das tecnologias contribuírem com a avaliação da instituição e dos cursos, em atendimentos das verificações oficiais de ofertas de cursos e credenciamento de IES. Somente instituições que atenderem às expectativas de excelência educacional certificada combinada aos avanços tecnológicos sobreviverão no cenário da oferta de ensino.

O Ministério da Educação - MEC é o órgão regulador brasileiro que coloca a educação a distância como uma modalidade importante no processo de expansão das políticas educacionais no País. A EAD obteve respaldo legal com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O art. 80 desta mesma Lei estabelece que "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada".

Em seus três primeiros parágrafos, temos que:

§1o: A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.







§2o: A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3o: As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Finalmente, no mesmo artigo 80 da LDB, o parágrafo 4º determina que:

"A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais."

A Lei n. 9.394/96, no seu art. 80, foi regulamentada, na sequência, por Legislação Complementar: Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; Decreto n. 2.561, de 27 de abril de 1998; Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, os quais norteiam as normativas de avaliação e supervisão de qualidade no ensino a distância.

Os parâmetros de qualidade da EAD no Brasil são delineados em um documento denominado "Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância", do Ministério da Educação. Orientados no ordenamento legal, porém sem força de lei, oferecem subsídios para a estruturação e implementação das políticas de oferta de cursos a distância no País. Embora não haja a imposição de um modelo único de educação a distância, programas podem apresentar diferentes desenhos, múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos.

Porém, há certo rigor no controle das IES quanto à oferta, no sentido não só de coibir a precarização da educação, mas de garantir as condições básicas para a oferta dos serviços educacionais, cooperação e integração dos sistemas de ensino com a padronização de normas e marcos regulatórios nacionais (arts. 8°; 9°; 10 e 11 da Lei 9394/96), impondo, com isso, cautela às IES quanto à criação de cursos e sua respectiva metodologia. Esta inclui a instalação de Polos presencias para atendimento ao aluno no apoio à aprendizagem. (Portaria Normativa n. 2, de 10 de janeiro de 2007).





É de responsabilidade da Instituição formadora a promoção de um ensino que atenda às necessidades do seu estudante, portanto, a metodologia deve ser atual, flexível e eficaz para garantir a aprendizagem deste estudante, como preconizam os documentos normativos; por isso, a exigência de uma avaliação criteriosa e a observância de critérios pré-estabelecidos é essencial.

A EAD pressupõe um sistema integrado de recursos e procedimentos para oferecer condições de acesso aos cursos de formação, qualificação, atualização e aperfeiçoamento. Conhecer os aspectos da gestão da EAD é requisito essencial para que seja desenvolvida de forma profissional e com qualidade. Entretanto, as pesquisas em curso sobre a Educação a Distância normalmente privilegiam alguns aspectos em relação a outros — como, por exemplo, o modelo pedagógico em relação às necessidades de comunicação entre equipes; ou as necessidades de critérios claros de avaliação de cada membro da equipe, itens que podem ser percebidos e gerenciados através de uma visão sistêmica sobre a gestão da EAD. (MOORE & KEARSLEY, 2007).

Neste propósito, o MEC, nos Referenciais de Qualidade (2007), enfatiza que sejam contempladas no projeto Político Pedagógico da Instituição algumas dimensões para efetivação do projeto educacional que vão desde à Concepção de educação e de currículo e de ensino e aprendizagem à sustentabilidade financeira, constituindo-se, assim um sistema integrado em que atuam os recursos tecnológicos, administrativos e humanos, compreendendo uma premissa de gestão sistêmica. É que a natureza de um curso e as reais condições do cotidiano bem como as necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada.

Os itens constitutivos do projeto Político Pedagógico da Instituição tornaram-se a base para implementação dos critérios de avaliação e indicadores de qualidade utilizados pelo MEC. Estes foram incorporados aos instrumentos de análise e definição dos parâmetros de oferta dos cursos a distância. Sendo assim, os indicadores de qualidade foram organizados segundo as dimensões apresentadas no quadro 1.





Quadro 1 – Indicadores de qualidade para a educação a distância no ensino superior

| Indicadores de qualidade para a educação a distância no ensino superior |  |    |  |  |  |
|---|--|----|--|--|--|
| 01  | Integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; | 06 | Infraestrutura de apoio;                                       |  |  |
| 02  | Desenho do projeto: a identidade da educação a distância;  | 07 | Avaliação de qualidade contínua e abrangente;                  |  |  |
| 03  | Equipe profissional multidisciplinar;  | 08 | Convênios e parcerias;   |  |  |
| 04  | Qualidade dos recursos educacionais;   | 09 | Edital e informações sobre o curso de graduação a distância;   |  |  |
| 05  | Comunicação/interatividade entre professor e aluno.  | 10 | Custos de implementação e manutenção da graduação a distância. |  |  |

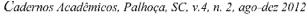
Fonte: Referenciais de Qualidade em EaD, <a href="http://portal.mec.gov.br">http://portal.mec.gov.br</a>.

Como prática de EAD, alguns princípios que sustentam os Indicadores de qualidade para a educação a distância no ensino superior podem definir, nestes termos, as políticas de desenvolvimento do ensino nas IES, com base nos pressupostos de qualidade e valor econômico e sociocultural.

Tão importante quanto definir os papéis e funções da EAD é a identificação objetiva de todas as atividades a serem desempenhadas e o perfil dos profissionais que irão assumir as posições de gestores na instituição. Hoje, as IES que se propõem a atuar na educação a distância, deparam com a necessidade de aplicar estas mudanças aos seus serviços educacionais, de modo a atender às diferentes faces da educação virtualizada, como refere Aretio (2002), com os novos aportes tecnológicos, com as estratégias de ensino e aprendizagem, a metodologia, os recursos e a sua organização, os sistemas de comunicação, a distribuição de materiais didáticos para o enfrentamento das tendências do futuro e o alcance e manutenção da qualidade para o credenciamento da EAD.

Em termos gerais, a avaliação dos resultados atingidos deve considerar a análise da contribuição da Educação a Distância para atingir os objetivos a que se destina, assim como a adequação da EaD, levando em conta o público que atinge; parecer dos usuários no estabelecimento de prioridades e avaliação do serviço educacional; as limitações e a qualidade dos recursos didáticos que estão sendo apresentados; e produtividade dos recursos.

A avaliação institucional tornou-se uma prática necessária para as instituições de ensino superior que buscam a sua excelência. (FERNANDES, 2007).







As pesquisas realizadas nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos 80 do século passado, evidenciaram, de forma clara, que a prática da autoavaliação pode estar associada a processos significativos de desenvolvimento profissional dos professores, a melhorias sensíveis na organização e no funcionamento pedagógico das instituições de ensino e a formas diferenciadas de construção da sua autonomia. A avaliação formativa, independentemente da IES avaliada, está intrinsecamente associada a processos de autoavaliação, de autocontrole e de autorregulação. Ou seja: as práticas de avaliação formativa não podem deixar de implicar o exercício de práticas diferenciadas de autonomia, as quais exigem novas e inovadoras formas de desenvolvimento curricular, de participação dos professores no seu próprio desenvolvimento profissional ou de organização e de funcionamento dos grupos que constituem a instituição.

A prática da autoavaliação institucional tem-se revelado uma poderosa ferramenta para o diagnóstico e o gerenciamento da melhoria contínua, uma vez que o autocontrole de indicadores facilita o gerenciamento de necessidades e competências de uma instituição de ensino e, por questões das características da distância física dos alunos, ganha ainda mais valor quando aplicada à modalidade de educação a distância (EaD). Assim, um programa de EAD será mais valioso e inovador quanto maior for a qualidade do ensino e aprendizagem por ele gerada. E esta qualidade só poderá ser avaliada se a EaD atender às necessidades a que se destina. (BITTENCOURT e LEZANA, 1997).

Há uma grande variedade de propósitos que podem ser associados a uma avaliação, tais como: a) apoiar a tomada de decisões; b) servir a prestação pública de contas; c) melhorar as práticas e procedimentos de um dado programa educativo; d) compreender problemas de natureza social no âmbito de um dado projeto, contribuindo para a identificação de soluções possíveis; e) compreender as experiências vividas por quem está envolvido numa dada prática social.

Desta forma, a avaliação na EaD deve ter como objetivo maior fornecer informações para que se possa extrair e ampliar o potencial de benefícios da tecnologia, de modo a aumentar a capacidade de ensino e aprendizagem através do contínuo aprimoramento da técnica e dos agentes envolvidos. O resultado do processo de avaliação deve levar a um conhecimento profundo do funcionamento da instituição de ensino e dos cursos oferecidos em todos os seus aspectos básicos: coordenação, organização, materiais didáticos, sistema e apoio tutorial, acadêmico, logístico e de avaliação da aprendizagem dos alunos.





A avaliação também desempenha um papel de suma importância como instrumento sistemático de correção de falhas e promoção de acertos, e "um dos pontos fracos no planejamento e desenvolvimento de muitos projetos de Educação a Distância é a falta de checagem rotineira dos materiais e da mídia. A avaliação deve ser realizada continuamente, por meio de ciclos de planejamento, desenvolvimento e implementação, para assegurar o funcionamento de tudo como o planejado", afirma Moore. (1996, p.120).

Assim, AAI não deve ser feita isoladamente do processo de execução e acompanhamento das ações. Devidamente planejada, torna-se tarefa e competência de todos os agentes do processo. Isto significa que cooperação, participação e negociação serão atitudes concretas na instauração e implementação de um processo de avaliação — desde a coleta de dados até sua interpretação e "devolução", como forma de prevenir e corrigir inconveniências, de promover e desenvolver acertos, de entender e respeitar realidades diferentes. Avaliar não pode ser interpretado como um requinte, nem como construção de um álibi. Trata-se de um processo responsável pela construção de sucessos que significam qualidade de educação e, portanto, aperfeiçoamento do exercício dos direitos de cidadania.

# 3.PARCERIA PARA FOCO NA MISSÃO INSTITUCIONAL: POLÍTICAS INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS

É interesse de todas as nações que as instituições promovam qualidade de vida e desenvolvimento social, sejam elas públicas ou privadas - de defesa ou de educação - ambas devem atuar em prol do interesse e do desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas. A função social deve ser inerente a todas, em cujas missões podem inserir a promoção da inclusão social. O Brasil, localizado na América Latina, é uma nação com vasto território geográfico, de regiões muito diferentes e possui a necessidade de grandes investimentos e de Instituições de grande abrangência para suprir as demandas, quer sejam de educação, saúde ou segurança. Neste contexto e território, surge a parceria entre uma instituição de Educação Superior a Distância: Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, e o Exército Brasileiro – EB. Esta parceria data de 2005 e desde então vem oportunizado a muitos brasileiros o acesso, com flexibilidade e mobilidade, a cursos de educação superiores a distância, oferecendo, assim dignidade e satisfação das necessidades de formação, gerando, assim, a inclusão social.





A Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul é uma fundação de direito privado, de caráter comunitário<sup>5</sup> e regional, que foi reconhecida como Universidade pela Portaria Ministerial MEC nº 028, de 25 de janeiro de 1989. (UNISUL, 2010).

Surgiu em 1964, na cidade de Tubarão, SC – Brasil, como a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina – FESSC. Na atualidade, a instituição consolida-se como uma das maiores universidades de Santa Catarina e está entre as grandes universidades brasileiras, atuando no ensino presencial e a distância, com cerca de 25 mil alunos, distribuídos em mais de 60 cursos de graduação, pós-graduação a distância. Possui uma estrutura multicampi, composta por 3 campi, a saber: Campus Universitário Tubarão, que está localizado na cidade de Tubarão, SC – Brasil; Campus Universitário Grande Florianópolis, que está localizado na cidade de Palhoça; e Campus Universitário UnisulVirtual<sup>6</sup>, que está situado na cidade de Palhoça e atua, hoje, com mais de 100 organizações militares distribuídas em todo o território nacional e também no exterior. Amplia essa abrangência, ao atender, alunos civis com cerca de 100 (cem) polos de apoio presencial em todo o território nacional.

A Universidade do Sul de Santa Catarina tem como missão oferecer "Educação e gestão inovadoras e criativas no processo do ensino, da pesquisa e da extensão, para formar, integralmente, ao longo da vida, cidadãos capazes de contribuir na construção de uma sociedade humanizada, em permanente sintonia com os avanços da ciência e da tecnologia". (UNISUL, 2010).

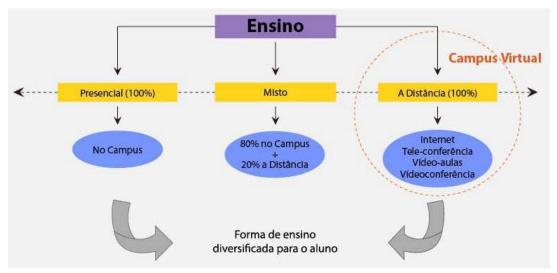
**@** 0 8 e



<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil estão divididas entre públicas e privadas. As IES públicas, segundo a categoria administrativa a que pertencem, classificam-se em federais, estaduais e municipais. já as instituições privadas classificam-se em particulares e comunitárias / confessionais / filantrópicas.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Em 2005 o crescimento da educação a distância na Unisul levou à criação do Campus Unisul Virtual, dedicado exclusivamente à organização da educação a distância. A sede do Campus ficou na cidade de Palhoça, município da região metropolitana de Florianópolis, SC. O campus da Unisul Virtual – UV é a unidade responsável pelas ações de educação a distância na Universidade do Sul de Santa Catarina –UNISUL.

Figura 1- O ensino flexível na Unisul



Fonte: Apresentação institucional, Unisul, 2011.

Com oferta simultânea de cursos superiores presenciais e a distância, a Unisul passou a funcionar como universidade duomodal, permitindo, inclusive, que os alunos dos cursos presenciais cursem disciplinas a distância7 até o limite de 20% da carga horária do curso em que o aluno estiver matriculado. Desta forma, a Unisul tornou-se pioneira no Brasil na implantação do conceito de Educação Flexível. A organização didático-pedagógica da Unisul está fundamentada na concepção de educação permanente, em que os valores culturais e éticos e a formação sociotécnica são igualmente importantes para a atuação profissional e social, e inscrevem os avanços da ciência e da tecnologia em um contexto cognitivo e ético de preocupação com as responsabilidades decorrentes. Esta compreensão de educação concebeu os critérios para a elaboração de seu Projeto Pedagógico institucional e dos projetos pedagógicos de curso, que propõem organizações curriculares flexíveis e inovadoras no sentido da integração e articulação das áreas de conhecimento, das disciplinas científicas e empíricas, das modalidades e níveis de ensino (Figura 1), bem como das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, assume como valor que





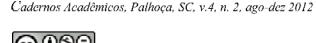
<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o art. 10, inciso V diz que é de competência dos Estados "baixar normas complementares para o seu sistema de ensino". A mesma Lei, no seu art. 81 dá o devido suporte para baixar norma que permita às Instituições de Ensino Superior executar práticas de ensino alternativas. Lê-se no referido artigo da LDB: "É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei". Atualmente a Unisul Virtual possui um total de xxx matrículas em disciplinas a distância. A Portaria Ministerial nº 2.253, de 18/10/2001, regulamenta a oferta de disciplinas não presenciais, em cursos presenciais reconhecidos. O Conselho Estadual de Educação deverá regulamentar o artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases, através de uma resolução específica.

•••••••••••••

o planejamento integrado das ações pedagógicas na Universidade é fundamental para promover a qualidade, a sustentabilidade e a identidade dos cursos e da instituição. (UNISUL, 2010).

No ano de 2002, a Unisul obteve o credenciamento oficial do Ministério da Educação para atuar na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação por educação a distância, com alcance para todo o território brasileiro e no exterior. O modelo de educação a distância desenvolvido pelo Campus UnisulVirtual foi o de uma "universidade virtual", com uma configuração de uso intensivo de tecnologias digitais para permitir acesso on-line do aluno a distância com os professores e tutores da Unisul, acesso remoto a vídeo aulas, web conferências, conteúdos e atividades de aprendizagem, ferramentas de compartilhamento de estudos, biblioteca virtual e registros e controle acadêmico. E, ainda, com o envio de livros didáticos e guias de estudo impressos aos alunos. Para realizar provas presenciais obrigatórias, a Unisul estabeleceu unidades conveniadas em todas as regiões do Brasil.

Quando da criação da Unidade própria da UV (Campus UnisulVirtual), uma das suas principais ações foi a responsabilidade de planejar, criar e implementar cursos (projetos) a distância; capacitar docentes e técnicos para o uso de metodologias de EAD; desenvolver tecnologias Web para o ensino e aprendizagem. Adotou como objetivos principais: a disponibilização do conhecimento ao alcance de todos, independentemente do tempo e da localização geográfica; formação personalizada e continuada à sociedade; desenvolvimento de metodologias e serviços educacionais em favor da aprendizagem a distância e o fomento à investigação e à inovação na sociedade do conhecimento.





•••••••••••

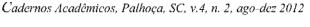
Em 2011 os cursos de graduação a distância oferecidos pela UnisulVirtual, já correspondiam a cerca da metade do número total de alunos matriculados na universidade. O número de alunos beneficiados pelo convênio com o Exército Brasileiro, ano após ano, tem representado um crescente percentual em relação à totalidade de alunos do Campus UnisulVirtual, conforme apresenta, a seguir, a tabela 3.

Tabela 3 - Grafico Série histórica de percentual de matriculados no convênio Exército em relação ao total de matriculados no Campus UnisulVirtual.

| Matriculados<br>Cursos de | Convênio<br>Exército | Total UV | %   |
|---------------------------|----------------------|----------|-----|
| Graduação                 |                      |          |     |
| 2008.1                    | 336                  | 6879     | 5%  |
| 2008.2                    | 1081                 | 8190     | 13% |
| 2009.1                    | 1348                 | 9794     | 14% |
| 2009.2                    | 1598                 | 10688    | 15% |
| 2010.1                    | 1688                 | 10933    | 15% |
| 2010.2                    | 1796                 | 11264    | 16% |
| 2011.1                    | 2032                 | 11765    | 17% |
| 2011.2                    | 1950                 | 11 276   | 17% |

Fonte: Sistema acadêmico Minha Unisul.

No segundo semestre de 2011, o total de 1950 alunos matriculados pelo Convênio Exército representa 17% do total de 11.276 alunos de graduação do Campus UnisulVirtual, conforme a apresenta a Tabela 3. Uma parceria que vem se desenvolvendo com sustentabilidade, e tem se expandido para a Marinha, a Aeronáutica e o Ministério da Defesa conforme apresenta a evolução das matrículas na graduação Convênios Forças Armadas.







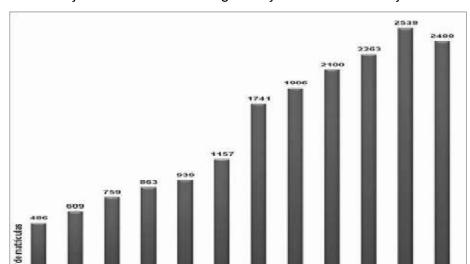


Figura 2 - Evolução das matrículas na graduação Convênios Forças Armadas.

Fonte: Sistema acadêmico Unisul.

Os resultados obtidos com as matrículas apresentados na Figura 2 demonstram a evolução e os frutos da parceira Unisul – EB, potencializando a inclusão social e promoção de benefícios para toda a sociedade abrangida.

Os dados do IBGE (Censo 2010) na tabela 4, a seguir, demonstram que dos 5.561 municípios brasileiros existentes em 2000, 5.037 correspondentes a 90,57%, possuíam menos de 50.000 habitantes, e que 4.074, 73,26%, possuíam menos de 20.000 habitantes. Os registros mostram que são raras as localidades com menos de 50.000 habitantes que dispõem de Instituição de Ensino Superior – IES e ,virtualmente, as cidades com menos de 20.000 dificilmente possuem condições de tê-las.

Assim, políticas adequadas para a modalidade da educação a distância devem contemplar a possibilidade da maior capilaridade possível, seja pelo uso de sistemas tecnológicos avançados para garantir a conectividade, seja pela implantação de estruturas de polos de apoio onde não for possível realizar o processo com mediação por tecnologia. O que não se admite é a imposição de orientação metodológica unificada, o que gera prejuízo para toda a sociedade.





••••••••••••

Tabela 4 - Distribuição de habitantes por densidade populacional

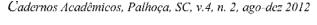
| Unidades da            | Nº de      | População residente |            |           | Taxa de     |
|------------------------|------------|---------------------|------------|-----------|-------------|
| Federação e classes de | Municípios | Total               | Urbana     | Rural     | crescimento |
| tamanho da             |            |                     |            |           | 1991/2000   |
| população dos          |            |                     |            |           |             |
| municípios (habs.)     |            |                     |            |           |             |
| Brasil                 |            |                     |            |           |             |
| Brasil                 |            | 169 799             | 137 953    | 31 845    |             |
|                        | 5561       | 170                 | 959        | 211       | 1,6         |
| Até 5 000              | 1 382      | 4 617 749           | 2 308 128  | 2 309 621 | 0,1         |
| De 5 001 até 10 000    | 1 308      | 9 346 280           | 5 080 633  | 4 265 647 | 0,4         |
| De 10 001 até 20 000   | 1 384      | 19 654 828          | 11 103 602 | 8 551 226 | 1,1         |
| De 20 001 até 50 000   | 963        | 28 831 791          | 19 132 661 | 9 699 130 | 1,5         |
| De 50 001 até 100 000  | 299        | 20 786 695          | 16 898 508 | 3 888 187 | 2,1         |
| De 100 001 até 500     |            |                     |            |           |             |
| 000                    | 194        | 39 754 874          | 37 572 942 | 2 181 932 | 2,4         |
| Mais de 500 000        | 31         | 46 806 853          | 45 806 953 | 949 468   | 1,6         |

Fonte: IBGE (Censo, 2010)

As políticas públicas adotadas para o acesso ao Ensino Fundamental desde a década de 1990 têm sido bem sucedidas ao matricular a quase totalidade das crianças no início da faixa etária indicada, independentemente do tamanho do município. Contudo, o mesmo fenômeno não ocorre no Ensino Médio, e, com piores indicadores ainda, no Ensino Superior, em que apenas 12% dos jovens entre 17 e 24 anos frequentam o ensino universitário, em contraposição a indicadores na faixa de 30% para outros países Sul-Americanos como Chile, Argentina e Uruguai.

Desse modo, podemos entender que o Exército Brasileiro – EB na contemporaneidade tem sido muito mais do que uma parceria institucional com a IES, ou uma simples instituição armada, prevista na organização do Estado, desempenhado sua missão constitucional, conforme o artigo 142, caput, da Constituição Federal:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, www.senado.gov.br, 1988)







O quadro mundial, complexo e indefinido, impõe ao País a necessidade de manutenção de uma força militar de elevado preparo e capaz de cumprir com presteza e eficácia, as missões constitucionais de defesa da Pátria, garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais e, ainda, de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e de participar de operações de paz. O Exército, hoje, solidifica sua personalidade: pratica e desenvolve uma doutrina militar nacional, busca evoluir sua concepção estratégica de maneira compatível com as demandas do futuro. Essa força, compatível com as possibilidades nacionais, visa a respaldar as decisões soberanas do Brasil e a atender compromissos internacionais, na constante busca pela paz mundial.

Historicamente, conforme Hayes (1991), as Forças Armadas, representantes de todos os segmentos sociais, participaram ativamente dos episódios importantes na caminhada e exercício da democracia no Brasil. É mister dizer que o Exército acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil e, para Hayes (idem), a instituição absorveu as tendências do estado democrático que se instalou, saindo do seu habitual isolamento e tornando-se sensível à necessidade de modernização das relações humanas. O seu Departamento de Educação e Cultura do Exército Brasileiro – DECEx, , é o órgão central de um amplo sistema que abrange o ensino nas suas mais diferentes matizes, aprimorando a qualidade do profissional militar e do cidadão para bem servir à Força Terrestre e à Nação e, ainda, tem a função de gerenciar o patrimônio histórico e cultural da Força Terrestre

A aproximação entre a Unisul e o EB teve início no ano de 2004, por entendimentos mantidos pela então Coordenação da UnisulVirtual e a Coordenação de Educação a Distância do Departamento de Educação e Cultura do Exército Brasileiro – DECEx.

Delineadas as metas e as responsabilidades sociais de ambas as instituições, Universidade do Sul de Santa Catarina e o Departamento de Educação e Cultura do Exército Brasileiro firmam em agosto de 2005 um Convênio inovador para a oferta de cursos de graduação a distância em condições especiais, objetivando atender ao público interno: Militares da Ativa, Militares da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro e seus dependentes (nos termos da Lei No. 6.880, de 09 de dezembro de 1980); e Servidores Civis do Exército Brasileiro e seus dependentes<sup>8</sup>.

Os princípios estabelecidos pelas instituições no convênio foram os seguintes:





O convênio foi assinado pelo então Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do EB, General De Exército Ivan Bastos, e pelo, então, Reitor da Unisul, Professor Gerson Joner da Silveira.

a) o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre Unisul e o EB, de forma a que pudessem participar ativamente no desenvolvimento e na oferta de produtos e programas educacionais correlatos à formação de recursos humanos em prol da integração e do desenvolvimento nacional;

- b) a redução de custos pela soma de competências da Unisul e do EB, com o intuito de promover a democratização do acesso à educação superior para Militares da Ativa e da Reserva do EB, para os seus dependentes, para os seus Servidores Civis, e para o conjunto da população brasileira;
- c) a mobilidade virtual completa de forma a permitir e manter o vínculo dos alunos com a universidade quando do deslocamento dos militares, inclusive em convocações para manobras militares, atuação em regiões de difícil acesso, missões de paz ou outras situações no País ou no Exterior;
- d) o atendimento didático-pedagógico individualizado e equânime aos alunos, independentemente da localidade em que estivessem residindo; e
- e) a garantia do acesso e da continuidade de estudos universitários aos alunos matriculados, mesmo em situações de transferência ou missões a que forem submetidos pelo cumprimento do dever.

A principal característica do convênio foi a de garantir a mobilidade dos alunos e o atendimento dos mesmos em situações extremas, bem como de seus familiares. O convênio entre a Universidade e o EB garantia, ainda, que as provas presenciais obrigatórias realizadas ao final de cada módulo de estudo ou disciplina seriam aplicadas na Organização Militar do Exército mais próxima do local de trabalho ou de residência do aluno. Os esforços de logística necessários passaram a ser compartilhados entre o setor de Encontros Presenciais do Campus UnisulVirtual e a Coordenação de Educação a Distância do DECEx, com o devido controle de qualidade e confiabilidade, necessários ao processo avaliativo.

Os aportes do EB ao projeto consistiram na estruturação de uma secretaria de educação a distância para compartilhar o gerenciamento logístico e promover a divulgação do projeto e o envolvimento dos comandos de Organizações Militares para a realização das atividades presenciais9. À Unisul coube a cobertura financeira do investimento necessário para ampliar a gestão pedagógica, acadêmica e administrativa de todo o processo educacional, considerando processo seletivo, desenvolvimento de materiais didáticos,





<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Integrantes da Coordenação de Educação a Distância do DEP do Exército atuaram na implantação e gestão do Projeto o Coordenador do Setor, Coronel R1 Antônio Carlos Guelfi, o Coronel Art Paulo Gil Teixeira e o Coronel R1 Eldon Lyra, e respectivas equipes de apoio.

disponibilização de docentes especialistas nas áreas de conhecimento, logística de produção de materiais, de tecnologia, de envio de materiais e de encontros presenciais. As situações especiais do convênio exigiram planejamento e criatividade, considerando os constantes deslocamentos dos alunos-militares, inclusive para o exterior.

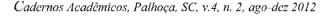
Em decorrência do compromisso assumido pela Universidade, entre eles o de garantir a continuidade dos estudos aos integrantes das Forças Armadas, independentemente do local onde venham a residir, e considerando que a Marinha, Exército e Aeronáutica, em contrapartida, permitem que sejam abertos polos em suas Organizações e se responsabilizam pela aplicação das provas presenciais nestes polos, foram abertos polos em várias localidades remotas, principalmente na Amazônia — Tefé, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, para citar alguns. Nestas localidades remotas surgiu um fenômeno inesperado e espontâneo — a matrícula de alunos civis em locais não vinculados às Forças Armadas<sup>10</sup>.

Neste contexto de educação, a UNISUL acredita que o fato de instalar um polo em localidades remotas, juntamente com o selo de garantia indireto que as Forças Armadas delegam, representa mais do que um variado portfólio de cursos ofertados pela UNISUL e metodologia flexível, criando condições e incentivo para que esses jovens (alunos civis) vençam a desconfiança da impossibilidade de acesso ao ensino superior e tenham a certeza de que a educação a distância pode oferecer uma educação de qualidade<sup>11</sup>.

Mesmo sem representar um número expressivo, até porque são localidades com poucos habitantes, sem atrativos econômico-financeiros ou condições técnicas para a instalação de polos nas condições requeridas pelo MEC, ainda assim tem despertado interesse da Universidade o atendimento desses locais remotos, essencialmente pelo alcance socioeducativo, pela possibilidade de inclusão social e pelo alcance estratégico para o País, por contribuir para fixar brasileiros em regiões vulneráveis de nosso território, sem lhes tirar a esperança de progredir na vida e alcançar melhor condição de vida — isto significa exercício de cidadania.

A parceria Unisul/Exercito Brasileiro foi viabilizada e é potencializada com as inovações tecnológicas da informação digital, com a distribuição geográfica dos 1.950

<sup>11</sup> Dados do ENADE de 2006 apresentam números significativos na média das disciplinas na relação EAD/Presencial. O desempenho médio dos ingressantes em 2006 para a presencial dos ingressantes é de 34,6 versus 37,0 para a EAD.



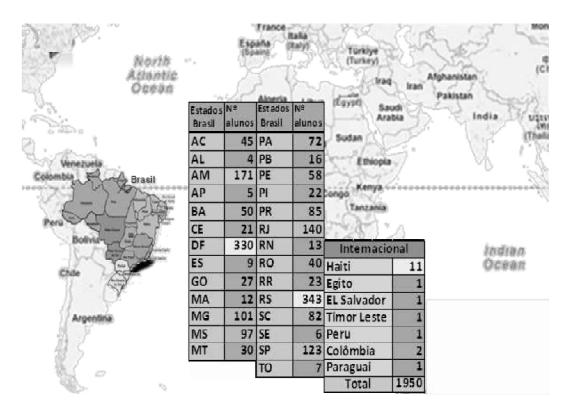


THE RESTRICTION OF THE PARTY OF

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Esta parceria educativo-social nos apresentou muitos casos interessantes, entre os inúmeros está o de uma aluna em São Gabriel da Cachoeira que percorre 8 horas de barco para realizar as provas ou acessar uma *lan house* para desenvolver suas atividade online.

alunos matriculados pela parceria EB-UV no segundo semestre de 2011, conforme se visualiza, a seguir, na figura 3.

Figura 3 - Número de alunos matriculados, em convênio com o exército brasileiro, no segundo semestre de 2011 em todos os estados brasileiros e em missão em outros países



Os alunos do convênio estão distribuídos em todas as 27 Unidades da Federação Brasileira, em todo o território, inclusive no interior da Região Amazônica, em áreas isoladas e remotas de fronteira. Atendem-se, também alunos em missões de paz no Haiti e em representações militares no Egito, El Salvador, Timor Leste, Peru, Colômbia e Paraguai. Os cursos superiores para essa população seriam inviáveis quanto acesso ou conclusão. Historicamente, os militares e os servidores civis do EB quando alocados para trabalhar nas regiões da fronteira brasileira são privados, assim como seus familiares, das facilidades estruturais encontradas nas metrópoles e cidades de médio porte das demais áreas do País, principalmente ao acesso à educação superior de qualidade. Esta mesma dificuldade ocorre quando da participação em forças de paz ou em outras missões especiais no exterior. Esse





••••••••••••

dilema é superado conforme revela o depoimento de uma aluna: "Se mudar de cidade, o curso vai junto", o que a possibilita a continuidade dos estudos.

A característica da mobilidade como um privilégio ficou registrada na figura 4, a seguir, em fotografias do acervo de Coronel Eldon Baptista Lyra, coordenador dos cursos de graduação a distância no Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx.

Figura 4 - Fotografia registra mobilidade para militares em missão no Haiti.



AVALIAÇÃO CHEGANDO NO HAITI PELO AVIÃO DE SUPRIMENTO



O Oficial aplicador, Tenente-Coronel Carlos Alberto Maciel Teixeira entrega a prova ao aluno





Alunos no Haiti



Fonte: Arquivo DECEX





<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Esposa de Capitão do Exército, residente em Guajará-Mirim – RO, cidade de um Estado do Norte do País.

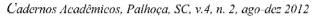
A figura 4 registra atendimento em condições geográfica e tecnologicamente desfavoráveis. Aliado a essas situações é pertinente citar a situação de quatro alunos que desempenham serviço no interior da floresta amazônica, em zona de fronteira — limite do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, local que é palco de tensões permanentes. Para realizar os encontros presenciais de avaliação os alunos se deslocavam da cidade de Cucuí, de barco ou de helicóptero, por uma distância de 250 quilômetros até São Gabriel da Cachoeira, cidade da região Amazônica, Norte do Brasil.

### 3. PRÁTICAS DE EAD: AMPLIANDO OS ESPAÇOS DE CIDADANIA

O modelo de educação a distância desenvolvido pelo Campus UnisulVirtual (UV), desde a oferta de seu primeiro curso, é o de uma "universidade virtual", com uma configuração de uso intensivo de tecnologias digitais para permitir contato on-line do aluno a distância com os professores tutores da Unisul, acesso remoto a conteúdos e atividades de aprendizagem, ferramentas de compartilhamento de estudos, biblioteca virtual e de registros e controle acadêmico.

A UnisulVirtual desenvolveu uma metodologia de ensino inovadora que prioriza o contato permanente dos alunos com a instituição. Criou um Espaço Virtual de Aprendizagem (EVA) com os recursos necessários para fazer a mediação pedagógica entre professores e alunos, permitindo aos alunos estudar e tirar suas dúvidas de qualquer computador conectado à rede, mesmo em outros Países. Além da comunicação interpessoal e de orientação de aprendizagem, os alunos tem acesso aos demais componentes do ensino universitário a distância, como conteúdos científicos adequadamente estruturados, tutoria online, atividades de aprendizagem, correção de exercícios, biblioteca virtual (BV) sistemas de secretaria e de monitoria, murais de avisos e conferências online síncronas.

Durante o período de oferta das disciplinas os alunos dispõem de atendimento diário, realizado por professores e técnicos - respondem às duvidas, encaminham trabalhos, recebem orientações de estudo e a correção de atividades realizadas. As provas presenciais são realizadas ao final de cada ciclo letivo, de acordo com as disciplinas em que o estudante estiver matriculado. O aluno pode optar pela cidade onde prefere realizar os exames, com base nos locais de prova indicados pela Unisul e instituições parceiras, como, neste caso, o EB.





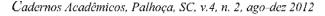


A UnisulVirtual, na atualidade, aponta para o crescimento no conjunto de seus programas e o investimento e ações em prol do aperfeiçoamento de seu modelo, busca manter-se comprometida com a democratização do conhecimento e com a pesquisa de desenvolvimento de sistemas educacionais mais abertos, flexíveis e ágeis, em que seus resultados possam se manter firmados pela qualidade do serviço educacional proposto.

A metodologia UnisulVirtual se consolidada com base em quatro elementos que são fundamentais: a autonomia de estudo os materiais de estudo e os recursos didáticos; o sistema de avaliação o sistema tutorial e de comunicação. O coordenador de curso atua no zelo da implementação dos projetos pedagógicos aprovados para a oferta, os professores realizam a mediação e avaliação pedagógica; os tutores prestam suporte técnico-administrativo com o uso das TIC (a partir de 2011, também nos polos, presencialmente); os sistemas de avaliação da aprendizagem e institucional (da disciplina e do curso) e as vias de comunicação e interação também constituem parte da estrutura metodológica e atuam em sincronia com a filosofia da IES.

A metodologia da UnisulVirtual, portanto, se consolida sob um conjunto de estratégias pedagógicas e tecnológicas, as quais são materializadas em agentes e componentes relacionados do seguinte modo:

- a) Agentes: a Direção, os Gerentes, os Técnicos,
  Coordenadores de Curso, os professores conteudistas, os professores, os tutores on-line e presenciais e estudantes;
- b) Componentes: o Manual do Estudante e Tutorial on-line, com orientações da metodologia UnisulVirtual, o Manual do Curso (Projeto Pedagógico), o Plano de Ensino, o Informativo Acadêmico (calendário semestral com oferta das disciplinas e eventos), o Cronograma e Plano da Disciplina, o Livro Didático por disciplina, o Roteiro de Estudos (se necessário), Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA, com as ferramentas de comunicação/interação e Unidades Online com Web-aula (vídeo), Objetos de aprendizagem (se necessário), Atividades de aprendizagem para estudo autônomo, para compartilhar produções e debates de interaprendizagem, com Midiateca /







Biblioteca Virtual, com acesso a Web Conferências síncronas ou gravadas assíncronas, Atividades de avaliação a distância, e acesso aos questionários das pesquisas de integração, avaliação da disciplina e do curso (instrumentos de avaliação institucional); Avaliações presenciais.

Para orientar a ação dos professores, existe a Equipe de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico — ECAP, que está em permanente contato com os professores. Oferece subsídios contínuos para o desempenho da atividade no Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem — EVA. A capacitação é um momento importante na relação pedagógica pois trata da metodologia da Ead e aborda também as funções e atribuições de um tutor na UnisulVirtual; corresponde à formação continuada, oferecida por meio de oficinas pedagógicas orientando e problematizando práticas de ensino e de aprendizagem, processos de avaliação com base na proposta pedagógica da UnisulVirtual.

As soluções didático-pedagógicas presentes na metodologia de educação a distância advém de um processo de avaliação constante da gestão da aprendizagem, um processo cíclico que objetiva primas pela qualidade dos serviços educacionais de forma a implementar um modelo pedagógico adequado à realidade institucional e a dos alunos por ela atendidos.

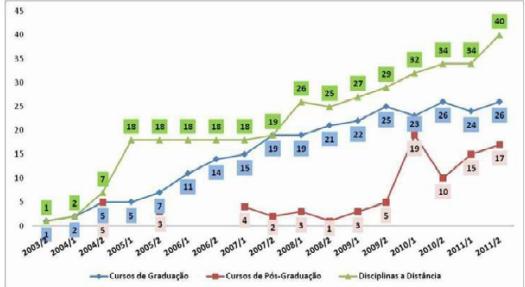
Na parceria Unisul/Exército Brasileiro, as experiências e boas práticas tem dado sustentabilidade orientado escolhas que levam ao aperfeiçoamento dos processos, influenciando desde o planejamento para a criação e implementação de novos cursos a distância; coordenação para a capacitação de docentes e técnicos para o uso pedagógico de metodologias de EAD; desenvolvimento de novas tecnologias WEB para uso do serviço educacional durante oferta de disciplinas a distância.

Em 2011, o Campus UnisulVirtual ofertou 26 cursos de graduação a distância, com matrículas de alunos vinculados ao convênio com o EB:





Figura 5 - Progressão de cursos ofertados no Campus UnisulVirtual



O gráfico mostra que, a partir de 2005, o crescimento da oferta de cursos no Campus UnisulVirtual foi exponencial. Em 2011, conforme corroboram também os apresentados na figura 2, contava com mais de 11 (onze) mil estudantes matriculados, distribuídos em 26 cursos de graduação a distância (bacharelados, licenciaturas e complementações, e tecnólogos); e cerca de 8 (oito) mil estudantes cursando as 40 (quarenta) disciplinas a distância oferecidas nos cursos de graduação presenciais da Unisul.

A quantidade por si só não denota qualidade; essa foi aferida junto aos últimos processos avaliativos de cursos de graduação divulgados pelo MEC<sup>13</sup>, de 2007 a 2009, a partir do desempenho dos alunos a distância da UnisulVirtual no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE<sup>14</sup>. O Campus da UnisulVirtual teve, nesse período, nove cursos avaliados pelo ENADE e obteve conceito máximo em dois cursos: Gestão em Micro e Pequenas Empresas, atualmente chamado Processos Gerenciais; e Gestão Estratégica nas Organizações – ênfase em Gestão Financeira, hoje chamado apenas de Gestão Financeira. Além disso, outros cinco cursos tiveram nota 4 (quatro). Foram eles:





<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Fonte: e-MEC/INEP/MEC. Disponível em: <a href="http://emec.mec.gov.br/">http://emec.mec.gov.br/</a>>. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. O ENADE avalia o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, adotando como referências as Diretrizes Nacionais. A partir da média dos estudantes, é divulgado o conceito de cada curso, podendo variar de 1 a 5, sendo 4 o referencial de qualidade, e 5, a nota máxima, considerada excelente.

••••••••••••

Administração, Ciências Contábeis, Gestão Financeira, Marketing e Turismo. Isso significa que sete dos nove cursos avaliados apresentaram conceitos superiores ao referencial de qualidade do INEP/MEC.

Outro fator positivo se refere aos resultados da pesquisa de satisfação com a avaliação geral dos cursos. A avaliação geral em 2011.2, somando Ótimo e Bom, corresponde à 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos satisfeitos. O Campus UV tem seu reconhecimento refletido na ampliação de convênios, bem como em ações de inclusão e ampliação da cidadania, verificadas na oportunização do acesso e manutenção de alunos no sistema de ensino. Essas ações se estendem às relações de parcerias colaborativas com a Aeronáutica, a Marinha, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senado Federal, o Tribunal de Justiça, o Ministério da Defesa e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, entre outros parceiros.

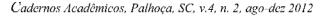
#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender prioritariamente os preceitos da sociedade em rede, há uma grande demanda por ações de inclusão e de cidadania e as instituições de ensino superior são chamadas a cumprir a sua missão, que atualmente atende aos projetos de ensino articulando práticas de extensão, como proposta de atividades curriculares e extracurriculares.

Nesse cenário, a oferta de cursos de graduação torna-se aliada na promoção de alternativas adequadas às necessidades de formação em todas as áreas, e se considerarmos que a educação a distância democratiza o ensino, socializando o acesso à educação a uma população que não é alcançada pelo ensino presencial, ela é uma realidade irreversível.

Realizar Educação Superior a Distância envolve mais do que empregar modernas tecnologias, produzir e adaptar materiais didáticos nas mais variadas mídias; necessita de ações responsáveis e processos de avaliação contínuos, além de envolver educadores e profissionais qualificados que unem formação acadêmica de alto nível com experiência prática, tendo em os propósitos da sociedade e expectativa dos seus usuários, dispersos geograficamente.

Por tudo, a qualidade de um projeto educacional; vinculado a ações de responsabilidade social está relacionada à eficiência e efetividade da IES em fazer a seleção adequada a partir de um repertório de possibilidades e oportunidades. As

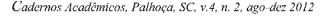






instituições podem encontrar a combinação mais eficiente de recursos para produzir determinadas atividades educacionais e escolher a combinação de atividades educacionais a serem implementadas, mas são as parcerias potencializam a produção dos resultados prospectados, quando se caminha para uma sinergia de objetivos, como é o caso da parceria da UnisulVirtual com o Exército Brasileiro que se efetiva nas diferentes combinações para atingir objetivos educacionais específicos.

Para a concretização de suas ações de gestão, a IES deve utilizar e desenvolver as tendências atuais na área de Educação Superior a Distância, preocupando-se em especial com um modelo de projeto educativo, adequando-o à realidade e às potencialidades existentes no campo das tecnologias, face às tendências e aos desafios da mundialização da Educação. Essa abordagem se estrutura nos pilares, referenciais e indicadores de qualidade, processos de acreditação e marcos legais que aferem a qualidade, normatização e credenciamento dos Cursos Superiores.







......

## REFERÊNCIAS

ABED, Associação Brasileira de Educação a Distância (org.). **Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

ALENCAR, C. Cinco enganos e a cidade democrática. In: BASTOS, João Batista. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31 – 44.

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais de andragogia e heutagogia. In LITTO, Fredric & FORMIGA, Marcos (orgs). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 105-111.

ARETIO, Lorenzo García. La educación a distancia. 2.ed. Barcelona: Ariel, 2002.

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BITTENCOURT, D. F. de. A construção de um modelo de curso lato sensu via Internet: a experiência com o Curso de Especialização para Gestores de Instituições de Ensino Técnico do Sistema SENAI. Florianópolis, 1999. Dissertação de mestrado (Programa de Pósgraduação em Engenharia da Produção – PPGEP). Centro Tecnológico, UFSC.

BITTENCOURT, D. F. de; ROESLER, Jucimara. A autoavaliação institucional para a gestão e o desenvolvimento de IES. **IX** Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, v. 1, p. 2-11, 2009.

BITTENCOURT, D. F. de e LEZANA, Álvaro G. R. **Avaliação do ensino a distância – utilizando a visão de Processo e do TQC.** Artigo apresentado na IV Conferência de Ciências da Educação, na Universidade de Camaguey, em Camaguey – Cuba. Novembro, 1997.

BITTENCOURT, D. F. de. **A prática da avaliação institucional na UnisulVirtual**. Artigo apresentado na Conferência ICBL 2007, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf</a>>. Acesso em: 20 set. 2010.

BRASIL, MEC - Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL, MEC - Ministério da Educação. **Legislação** (s.d.). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=12907:legislacoes &catid=70:legislacoes>. Acesso em: 12 mar. 2011.





BRASIL, MEC - Ministério da Educação. SEED. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf">http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf</a>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o futuro**: construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília: SEED, 1998.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto n. 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n. 9.394, de 20 dez. de 1996). Decretos 2.494, 2.561, 5.622, de 20 de dezembro de 2005. Disponível em: Legislação (s.d.). Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes</a>. Acesso em: 9 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861/04**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. Brasília, 14 abr. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2012.

CABRERA, N. e MARTÍ, J. Gestionar la educación en las organizaciones virtuales. In: DUART, J. M.; SANGRÀ, A. (Org.) **Aprender en la virtualidad**. EDIUOC. Barcelona, Espanha, 2000.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede.** A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1.10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

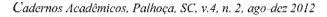
CASTELLS, Manuel. **Alma de hacker.** Entrevista a Eduardo Castañeda e Myriam Vidriales. Disponível em: <a href="http://www.saladeprensa.org/art234.htm">http://www.saladeprensa.org/art234.htm</a>>. Acesso em: 06 jun.2003.

CASTRO, Alda Maria Duarte ARAÚJO, Suêldes de Castro. Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** vol. 19 no.70 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2011.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Disponível em: <www.exercito.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2012.

FERNANDES, D. **Percursos e desafios da avaliação contemporânea.** Síntese da lição proferida no âmbito das provas de agregação. Cópia de documento não publicado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2007.

HAYES, Robert A. **Nação Armada**: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.







HERRINGTON, J.; REEVES, T.; OLIVER, R. A guide to authentic e-learning. New York: Routledge, 2010.

KENSKI, Vani. Democratização das mídias e a gestão em educação a distância. In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 461 p.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da Educação a Distância: caminhos e descaminhos. In: Silva, Marco (Org.). **Educação** *Online*: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2003. LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARGIOTTA, U. Pensare la formazione. Roma: Armando Editori, 1997.

\_\_\_\_\_. Pensare la formazione: strutture esplicative, trame concettuali, modelli di organizzazione. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

MATA, Maria Lutgarda. Educação a Distância e Novas Tecnologias, **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, v.22, nº. 123/124, p. 8-12, mar/jun., 1995.

MELLO, Guiomar Namo de. Autonomía de la escuela: posibilidades, límites y condiciones. **Revista Latinoamericana De Innovaciones Educativas**, Buenos Aires: v. 8, n. 22, p. 11-46, mar.1996.

MOORE, M. **Tendências da educação superior virtual**. Palestra proferida no 1º. Seminário de Educação Superior Virtual, realizado em Florianópolis nos dias 14 e 15 de outubro de 2010.

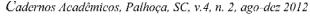
MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

MOORE, M. G. **Tendências da educação superior virtual**. Palestra proferida no 1°. Seminário de Educação Superior Virtual. Florianópolis - SC : 14 de outubro de 2010.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Distance education**: a systems view. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1996. 290 p.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T., BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papirus, 2000.

MORAN, J. M. Mundo Virtual. **Cadernos Adenauer** IV, n° 6. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, abril, 2004, páginas 31-45.



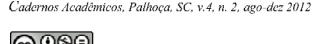




•••••••••••••••••••••••••

MORAN, J. M. A educação a distância e os modelos educacionais na formação dos professores. In: BONIN, Iara et al. **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. Cap. 4, p. 245-259. (XIV Endipe).

- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T., BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- NETO, C. R. **A perspectiva avaliativa da EAD**: mecanismos de ensino e aprendizagem. V Congresso Brasileiro De Ensino Superior À Distância. 6º Seminário Nacional ABED de Educação a Distância, 2008.
- PRETTO, N. de L. Estudo errado: Educação em tempos de pós-modernidade. In: PRETTO, N. de L. **Globalização & educação**: mercado de trabalho, tecnologias da comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. p. 98 114.
- RAFFAGHELLI, J. E; PANDINI, C. M. C. Formación en red vs. Educación a distancia. Un análisis crítico conceptual para una nueva práctica pedagógica In: Constantino, Gustavo Daniel. **Cibercultura**: formación e investigación en la web. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria Rioplatense, 2010.
- ROESLER, J.; LUZ, E. F.; BITTENCOURT, D. F. de; WILL, D. M. Manging the pedagogy of undergraduate online courses. In: Fredric M. Litto; Beatriz Roma Marthos. (Org.). **Distance Learning in Brazil**: Best Practices 2006. 1.ed. SP: Pearson Prentice Hall, 2006, v. 1, p. 1-151.
- ROESLER, J.; SARTORI, A. **Educação superior a distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. UNISUL, 2005. 164 p.
- ROSENBERG, M. **E-learning**: Strategies for Delivering Knowledge in the Digital Age. New York: McGraw Hill. Rumble, 2003.
- SARTORI, A.; ROESLER, J. **Educação superior a distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. UNISUL, 2005. 164 p.
- SILVA, M. **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola/SC, 2003. 512 p.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército**: essa grande escola. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris, de 5 a 8 de julho de 2009. Disponível em: < http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>.
- UNISUL. Projeto Pedagógico Institucional. Tubarão: Ed Unisul, 2010.





••••••••••••

VALENTE, J. A. Aprendizagem por computador sem ligação à rede. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (orgs). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 65-71.

VIANNEY, J. A ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil. Colabor@ — **Revista Digital da CVA-RICESU**, v. 5, n. 17, jul. 2008. Disponível em: <a href="http://www.ricesu.com.br/colabora/n17/index1.htm">http://www.ricesu.com.br/colabora/n17/index1.htm</a>. Acesso em: 10 out. 2010.

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. Disponível em: <www.ipae.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2011.



